

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo de Sindicância nº. 10/2021

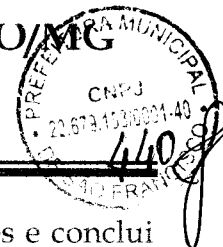
Interessada: Secretaria Municipal de Educação

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA. INOBSERVÂNCIA DE PRECEITO LEGAL. DESÍDIA FUNCIONAL. PREJUÍZO AO ERÁRIO. DETERMINADO O ARQUIVAMENTO ART. 165, II DA LC 23/2015 E O ENCAMINHAMENTO À PROCURADORIA JURÍDICA.

1. Relatório

Cuida-se de Processo Administrativo de Sindicância de natureza investigativa, instaurado por meio da Portaria/CM nº. 20, de 05 de maio de 2021, por solicitação da Secretaria Municipal de Educação, solicitando a apuração de irregularidades apontadas em Parecer Técnico de Engenharia elaborado pela empresa SRO Consultoria e Engenharia (fls. 04/59), no qual se verificam apontamentos de inconsistências apuradas na fase conclusiva da obra da escola de educação infantil tipo B - ID 2768, pelo engenheiro civil CREA 33.654, Acyr S. Oliveira.

O relatório aponta que, apesar de haver constado o status da obra como concluída pelo engenheiro Tarcísio Generoso Neto, havia quatro restrições executivas e quarenta inconformidades e execuções em desconformidade com o projeto não superadas, dentre elas: revestimentos, instalações de gás, esquadrias diversas, Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) que não foi executado desde a fundação, divisórias, instalação de sanitários, alvenarias, prateleiras e armários, cobertura em vários locais, lavatórios de louça, pilares na passarela, vigas invertidas e executadas em nível inferior ao projetado, laje maior que o previsto, pisos em desconformidade, muro de fechamento não previsto, sifões não executados, ausência de torneiras elétricas na cozinha, prevenção de combate a incêndio em desconformidade, dentre outros.



O relatório apresenta acervo fotográfico das inconformidades e conclui pela tomada de providências no âmbito jurídico, para liberação dos recursos, nos termos da Súmula 230 do TCU, sob o argumento de que as inconformidades comprometem toda a liberação de recursos do Plano de Ações Articuladas - PAR do Ministério da Educação.

Solicitou-se do servidor Wander de Oliveira Peixoto, Gerente de Educação, em 06/02/2020, que encaminhasse informações sobre a situação da obra junto ao SIMEC, não havendo resposta.

Acostou-se, sem termo de juntada, Ofício nº. 2120/2020/Diesp/Coapc/Difin-FNDE, de 22/01/2020, foi informado que havia remanescente de R\$ 116.363,22 (cento e dezesseis mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos), em 16/01/2020 (fls. 61/77).

Reiterou-se o ofício encaminhado ao servidor Wander de Oliveira Peixoto, em 17/06/2020, não havendo resposta até 28/01/2021, quando foi encaminhado ofício pela nova Corregedora, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, a fim de que encaminhasse cópia da Tomada de Preços nº. 31/2008 (f. 79), bem como ao Secretário Municipal de Obras e Transportes, para que fosse encaminhadas as medições e termo de conclusão da obra (f. 80), tendo sido atendidos ambos os pleitos (fls. 83/351).

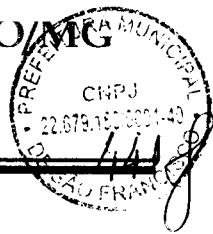
Promoveu-se a análise dos autos, que foram convertidos na presente Sindicância, conforme despacho inicial de fls. 352/354, no qual foi determinada a notificação da Controladoria Interna para possível investigação em face da empresa contratada, nos termos da Notificação de f. 351.

O procedimento foi instaurado para possível apuração de infração ao disposto no art. 154, I, XI, art. 155, XII e XX, da Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015.

Iniciada a instrução processual, foram ouvidas as testemunhas, Wander de Oliveira Peixoto, Tarcísio Generoso Neto e Robson Rodrigues, no dia 13/07/2021 e Cláudio Alves de Moura, em 15/07/2021.

Foi ouvida as servidoras Rita de Cássia Souza, em 20/09/2021 (fls. 423/424), Stefane Cristina dos Reis, em 23/09/2021 (fls. 428/429) e o ex-servidor, Révio Humberto Figueiredo Ribeiro (fls. 430/431).

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



Foram juntados pelo servidor Wander de Oliveira Peixoto os documentos de fls. 363/387 e pelo servidor Claudio Alves de Moura, os documentos de fls. 389/414.

As testemunhas ouvidas não souberam responder acerca das questões técnicas da obra, sendo que apenas o engenheiro Tarcísio Generoso Neto, informou que ocorreram inconsistências que não foram reparadas pela empresa, contratada, mas que não foi formalizado por ele o termo de conclusão da obra, não tendo havido nenhum comparecimento do engenheiro responsável técnico da empresa para acompanhar a obra. Informou que o engenheiro da Secretaria Municipal de Educação à época era Jorge de Almeida Neto, não sabendo informar a razão pela qual o prefeito não o determinou que acompanhasse a obra. O declarante informou ainda que as inconsistências não superavam R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), à época, mas não houve interesse da gestão em reparar (fls. 391/392).

A testemunha Wander de Oliveira Peixoto afirmou que a alimentação do SIMEC nas administrações de José Antônio e Luiz Rocha Neto eram feitas por empresa de assessoria e que as inconsistências na execução resultaram na devolução de R\$ 75.505,87 (setenta e cinco mil, quinhentos e cinco reais e oitenta e sete centavos), como valor principal, que corrigido em 05/03/2020, resultou em R\$ 117.868,64 (cento e dezessete mil, oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) e, após a devolução a prestação de contas foi aprovada (fls. 389/390).

A testemunha Claudio Alves de Moura informou que os dados do SIMEC são alimentados pelo engenheiro responsável pela obra e que constaram de 25/09/2008 a 24/03/2009, a obra alimentada como 100% concluída (fls. 397/398).

O valor total da obra, conforme consta do contrato nº. 195/2008 (fls. 220/225), firmado com a empresa Camilo Construções Industriais Ltda., foi de R\$ 955.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil reais), publicado em 01/07/2008.

A ordem de início dos serviços foi elaborada em 25/09/2008 e o contrato foi pago da seguinte forma:

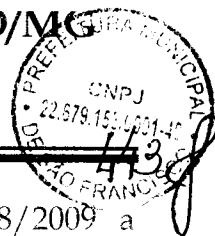
- 1) Primeira ordem de pagamento, no valor de R\$ 175.050,66 (cento e setenta e cinco mil, cinquenta reais e sessenta e seis centavos), por

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



meio da medição referente ao período de 25/09 a 31/10/2008, pago em 12/11/2008 (fls. 245/248);

- 2) Segunda ordem de pagamento no valor de R\$ 71.947,89 (setenta e um mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e nove centavos), por meio da medição referente ao período de 31/10 a 28/11/2008, pago em 03/12/2008 (fls. 249/252);
- 3) Terceira ordem de pagamento no valor de R\$ 113.378,00 (cento e treze mil, trezentos e setenta e oito mil reais), por meio da medição referente ao período de 26/11/2008 a 02/01/2009, pago em 29/01/2009 (fls. 253/259);
- 4) Quarta ordem de pagamento no valor de R\$ 113.896,54 (cento e treze mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos), por meio da medição referente ao período de 02/01 a 05/03/2009, pago em 26/03/2009 (fls. 260/270);
- 5) Quinta ordem de pagamento no valor de R\$ 117.994,49 (cento e dezessete mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos), por meio da medição referente ao período de 06/03 a 14/04/2009, pago em 07/05/2009 (fls. 271/282);
- 6) Sexta ordem de pagamento no valor de R\$ 94.594,51 (noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos), por meio da medição referente ao período de 15/04 a 19/05/2009, pago em 09/06/2009 (fls. 283/293);
- 7) Sétima ordem de pagamento no valor de R\$ 61.237,14 (sessenta e um mil, duzentos e trinta e sete reais e quatorze), por meio da medição referente ao período de 20/05 a 11/08/2009, pago em 20/08/2009 (fls. 294/304);
- 8) Oitava ordem de pagamento no valor de R\$ 159.422,21 (cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e um centavos), por meio da medição referente ao período de 12/08 a 15/11/2009, pago em 16/12/2009 (fls. 305/315);
- 9) Nona ordem de pagamento no valor de R\$ 47.477,66 (quarenta e sete mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e seis centavos),



por meio da medição referente ao período de 13/08/2009 a 23/09/2010, pago em 04/11/2010 (fls. 316/326);

Observa-se que os pagamentos da obra foram concluídos em 04/11/2010, num total de R\$ 954.999,10 (novecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e dez centavos) do valor contratado.

O relatório final concluiu pela indicição do responsável técnico pela obra, o engenheiro Tarcísio Generoso Neto, em razão de haver infringido o disposto no art. 154, I, XI e art. 155, XII e XX, da Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015, com instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração da conduta do servidor (fls. 432/437).

Acostou-se aos autos Ato de Aposentadoria nº. 02/2019, por meio do qual o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Francisco - IPREMSAF, concede benefício de aposentadoria voluntária ao servidor, Tarcísio Generoso Neto, em 31/01/2019, publicado em 01/02/2019 (f. 438).

É o relatório.

2. Fundamentação

Os fatos apresentados nestes autos compreendem o descumprimento do disposto na Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015:

154. São deveres do servidor:

I - observar as leis e os regulamentos;

[...]

XI - levar ao conhecimento de autoridade superior as irregularidades ou as ilegalidades de que tiver conhecimento em razão do cargo ou função;

[...]

155 - É proibido ao servidor:

[...]

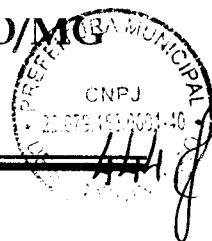
XII - deixar de observar a lei, em prejuízo alheio ou da administração municipal;

[...]

XX - proceder de forma desidiosa.

As condutas demonstradas ensejam, portanto, a observância do que consta da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre a prática de improbidade administrativa:

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

[...]

XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

O que se demonstra dos autos, acompanhado do que consta da legislação vigente, deixa claro que houve falha no pagamento integral da obra, prescindindo o termo de recebimento definitivo.

Veja-se, então, o que determina a Lei 8.666/93, acerca do recebimento das obras públicas:

Art. 69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

[...]

Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;

[...]

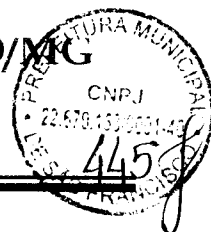
§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º O prazo a que se refere a alínea b do inciso I deste artigo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital.

§ 4º Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrados ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

O que se depreende dos autos é que o termo de recebimento provisório, que é a oportunidade para a aferição de possíveis inconsistências e anomalias a serem sanadas, para atendimento ao que determina o art. 69, da Lei 8.666/93, nada constou (f. 363), posto que somente através do Parecer Técnico de Execução Física de Objeto

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



Financiado expedido pelo Ministério da Educação, em 13/04/2015, é que se verificou que, nos termos da última atualização do SIMEC realizada em 11/06/2014, a obra constava com avanço até 93,87%, sendo que já havia sido integralmente quitada (fls. 334/343).

A referida vistoria do MEC apurou que houve serviços pagos em duplicidade e divergências de serviços, no valor preliminar total de R\$ 65.050,62 (sessenta e cinco mil, cinquenta reais e sessenta e dois centavos), apontando o período de ocorrência de 03/07/2008 a 07/12/2009, tendo como gestor responsável, José Antônio da Rocha Lima (f. 343).

Consta dos autos notificação formulada pelo município à empresa Camilo Construções Industriais Ltda. - ME, para que promovesse a correção das inconsistências apuradas, publicada no Diário Oficial da União e Diário Oficial da AMM, em 13/10/2017 (fls. 347/351).

Demonstra-se dos autos que não houve o cumprimento do que determina a Lei 8.666/93, no tocante às providências para o recebimento definitivo, reputando-se realizados os serviços, posto que somente em 16/04/2018, foi elaborado relatório pelo responsável técnico, Tarcísio Generoso Neto, informando sobre falhas o sistema de drenagem e os apontamentos feitos pelo FNDE, declarando ter informado ao Secretário de Educação à época, para que se posicionasse acerca da complementação dos itens (fls. 385/387).

Não consta dos autos, no entanto, qualquer manifestação da secretaria responsável sobre possível regularização, juntando-se apenas o comprovante da devolução do valor de R\$ 117.868,64 (cento e dezessete mil, oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) ao FNDE (fls. 383/384).

O lapso temporal desde a ordem de início dos serviços em 2008 até o pagamento final em 2010, foi superior a 25 (vinte e cinco) meses, donde se observa que se passaram mais quatro anos para que, somente após notificação do MEC, fosse verificada a inconsistência na obra.

Nesta feita, não se pode afastar a falta funcional pelo engenheiro responsável, nem pelo gestor José Antônio da Rocha Lima, prefeito à época, não tendo sido comprovado a tomada de quaisquer providências apuratórias pelos gestores que o sucederam.

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



Verifica-se dos autos que o engenheiro Tarcísio Generoso Neto, aposentou-se em 31/01/2019, sem que qualquer procedimento administrativo houvesse sido instaurado em seu desfavor, posto que somente em 12 de agosto de 2019, foi encaminhado pedido de providências pelo Secretário Municipal de Educação, Albert Willians Próbio Monção (f. 02).

Sendo assim, percebe-se que houve desídia por parte dos gestores anteriores, secretários e prefeitos, tendo em vista que, tanto o gestor ao qual foi imputada pelo MEC a responsabilização, quanto o seu sucessor, deveriam ter tomado as devidas providências para apuração da falta pelo prejuízo ao erário, em face da restituição de valor, devidamente atualizado.

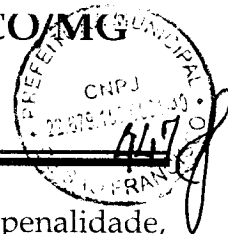
Considerando que o servidor Tarcísio Generoso Neto, é atualmente inativo, a penalidade que poderia alcançá-lo seria apenas a cassação da sua aposentadoria, conforme consta da Lei Complementar nº. 23/2015: "Art. 165. São penalidades disciplinares: [...] IV - Cassação de aposentadoria ou disponibilidade".

A conduta do responsável técnico do município, no entanto, não se configurou a única razão para a ocorrência do dano ao erário, posto houve a desídia por parte dos gestores públicos, no ínterim compreendido entre o pagamento final da obra e a solicitação de providências, posto que desde 2015 que o Ministério da Educação já havia pontuado a existência de inconsistências, que somente foram notificadas à empresa responsável em setembro de 2017.

Ademais, constitui-se incumbência do gestor público promover a fiscalização dos serviços de engenharia municipal e, caso o gestor da secretaria solicitante não possua conhecimento técnico para tanto, devem ser contratados serviços de consultoria, como feito somente em 2019.

3. Conclusão

Desta forma, verificados os indícios da infração ao disposto nos art. 154, I, XI, 155, XII e XX, da Lei Complementar nº. 23/2015, praticados pelo responsável técnico e prefeitos que atuaram entre os anos de 2008 e 2016, a responsabilização solidária não imputaria ao engenheiro municipal, TARCÍSIO GENEROSO NETO, penalidade que levasse à cassação da sua aposentadoria no âmbito desta Corregedoria,



razão pela qual não há nessa instância, competência para aplicação de outra penalidade, em face de se encontrar inativo, da mesma forma, quanto aos ex-prefeitos.

Sendo assim, determino o ARQUIVAMENTO deste procedimento, nos termos do art. 192, II, da Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015.


Determino, no entanto, seja extraída cópia integral dos autos e encaminhada pela via digital à Procuradoria Jurídica, para as providências que entender cabíveis, visto que já lhe foi encaminhado em 28 de janeiro de 2021, Ofício/CM/nº. 04/2021, a fim de que verificasse a possibilidade da instauração de Tomada de Contas Especial ou tomasse as providências cabíveis (f. 82), do qual não houve qualquer resposta.

Publique-se resumo desta decisão no mural do átrio desta Prefeitura, no Diário Oficial da AMM e no site oficial do município.

Oficie-se à Secretaria Municipal de Educação, encaminhando-se cópia integral desta decisão.

Publique-se. Oficie-se. Cumpra-se.

São Francisco/MG, 17 de dezembro de 2021.


Joselita Vieira Mendes
Corregedora Municipal